



EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 1969/1980

Tháise Arnold Policarpo¹

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o primeiro Plano Estadual de Educação implantado no Estado de Santa Catarina, enfatizando no texto do documento, a educação superior. Para atingir tal objetivo se fez necessário compreender o contexto social e econômico da época. O trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica, dessa maneira foi necessário compreender por meio da literatura as principais situações que o Brasil e o Estado de Santa Catarina enfrentavam no momento da implantação do Plano. Após o estudo, percebe-se, que o documento foi uma ferramenta de resposta as necessidades econômicas e sociais do período, podemos verificar, também que, a Educação Superior teve pouco destaque no Plano constituído.

Palavras-chave: Santa Catarina, Plano Estadual de Educação, Educação Superior.

ABSTRACT

The present study has for first objective analyse Education Plan implementing the state of Santa Catarina, emphasizing in the document text college Education. For obtain this objective is necessary understand the social and economic context of the time. The job is characterized for bibliography search, this way, it was necessary for understand through literature the main situations that Brazil and the State of Santa Catarina passed at the time of implementation of the Plan. After the study we can observed that the document was a response tool the economic needs and sociais of the period, we can see also verify that college Education had a little prominence in the Plan constituted.

Keywords: Santa Catarina State Plan for Education, Higher Education.

INTRODUÇÃO

¹Bacharel em Administração com Habilitação em Comércio Exterior - Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
E-mail: thaisepolicarpo@hotmail.com



Os autores Perroux, Cano e Goularti Filho abordam o tema progresso, e com ele nasce à modernidade discutida por Souza. Os autores concordam que o desenvolvimento acontece em tempos e lugares distintos. Portanto, podemos aqui mencionar que a prosperidade acontece de maneira regional. Goularti Filho, defende a ideia de que o Estado cumpri função fundamental e proporciona o suporte que o desenvolvimento necessita. Os autores, ainda, possibilitam compreender a história e quais eram os principais acontecimentos no período em estudo.

Entende Perroux (1967) que a estabilidade econômica de uma Nação, ou até mesmo, trazendo para um contexto regional, está vinculada ao equilíbrio social. Cano (1985) confirmou que, para reduzir os problemas sociais, no Brasil, seria necessária a perda do domínio político-parlamentar e das forças conservadoras. Destaca Souza (1994) que em cada momento, quando há mudanças econômicas há também, a necessidade da formação de uma nova sociedade, uma nova cultura. Já Goularti Filho (2002) enfatizou que o Estado é o grande gestor na resolução das dificuldades sociais, e na formação do novo corpo social.

Este trabalho se alia a todas essas teorias, para assim compreender a trajetória histórica do momento em estudo, bem como as mudanças sociais e econômicas que ocorreram. Os autores conseguiram trazer situações da história passada, e demonstrar os principais acontecimentos. Os fatos que sucederam nessa época conseguem transcrever os motivos pelo qual o Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina foi implantado e qual era a sua real função. Portanto esses autores serão suporte em todo o estudo, pois é a partir deles que a análise do Plano será realizada.

Destaco a relevância do presente estudo, justamente por analisar a situação econômica e social a partir de 1969, em todo país, e assim compreender o planejamento para a Educação Superior em um contexto local, o Estado de Santa Catarina. A educação brasileira passa, no momento, por algumas dificuldades. Porém para entender a sua situação atual, se faz necessário um entendimento de seu contexto histórico. Ressalvo, portanto, que o principal objetivo deste estudo é analisar o Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, a partir de um entendimento das situações a qual o país enfrentava no período.



Portanto, este trabalho será estruturado da seguinte forma: primeiramente, proponho a compreensão do contexto social e econômico (do período em estudo), por meio dos autores acima citados. Em seguida, apresento a análise do Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, posteriormente, os procedimentos metodológicos, os resultados e discussões, por último e as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Caracterizado pela pesquisa pura, o presente estudo busca compreender a situação econômica e social no momento de implantação do Plano em estudo, bem como analisá-lo, referenciando a Educação Superior. Para alcançar os resultados desta pesquisa, foi necessário o uso do método dedutivo, para assim, analisar com base na teoria o fenômeno estudado. Ao propor compreender o contexto histórico do período em estudo, e a relação com o Plano, foi necessário antecipadamente um embasamento teórico.

Este estudo se apoderou de uma abordagem qualitativa, com desígnio de esclarecer, a trajetória histórica e a relação que teve com a implantação do primeiro Plano Estadual de Educação, enfatizando a educação superior dentro do documento em estudo. Para Creswell (2010) os pesquisadores que usam a investigação qualitativa amparam um estilo de enfrentar à pesquisa que honra um modo indutivo, um foco na definição particular e na relevância da compreensão da complexidade de uma circunstância.

A pesquisadora apropriou-se de uma pesquisa descritiva. Neste modelo, é efetivada uma investigação por meio da observação, da transcrição e da interpretação dos acontecimentos sem a influência do investigador. A estratégia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e a técnica foi demarcada pela análise de dado documental. Para então compreender o Plano em estudo, proponho inicialmente um entendimento sobre a situação do país e do Estado de Santa Catarina, no período em estudo.

A evolução de uma Nação surge em diferentes locais e em tempos distintos. Esse crescimento apresenta-se com proporções diversas em cada região. Consolidando-se de maneiras divergentes e com resultados variáveis, no âmbito da economia (PERROUX, 1967). De forma a complementar a fala do autor, resalto que a prosperidade acontece de formas, lugares e tempo desiguais, no campo



econômico, social e político. Não sendo possível, portanto, uma fórmula para o desenvolvimento, pois em cada região, estado ou país existem especificidades divergentes.

A estabilidade da economia está amarrada ao equilíbrio social, uma acumulação de perturbações econômicas afetará o âmbito social (PERROUX, 1967). O autor nos faz entender que os diferentes campos: econômico, social e político, devem estar em harmonia. Um país com extenso campo de desigualdade social, provavelmente, terá também problemas políticos. A prosperidade, para a sociedade, virá com a consonância entre os distintos setores propulsores do progresso.

O crescimento, em qualquer que seja a Nação, não se concretiza de modo homogêneo. Pelo contrário, revela-se em locais específicos, sendo possível consolidar resultados de expansão ou de estagnação (PERROUX, 1967). Isso nos consagra pensar que o progresso nacional acontece em nível regional. Porém, para entender um contexto local é preciso situar o que acontece em volta dele. A fim de entender a situação do Estado de Santa Catarina, no período em estudo, primeiramente vamos compreender qual era condição do Brasil.

A situação brasileira entre os anos de 1956 e 1961 foi de implantação da indústria pesada de bens duráveis. O que mudou o modelo de dominação do mercado. Houve inversão privadas e públicas. Posteriormente, entre 1962 e 1967 se instala uma preocupante crise de concretização de sua evolução potencial de acumulação. A década de 1970 foi marcada de maneira geral, pelo crescimento industrial na periferia nacional e pelo desempenho satisfatório da agricultura (CANO, 1985).

Frente a essa situação de inversão, a industrialização autônoma perde força. As decisões sobre o capital industrial com sede nos pólos passaram a ser tomadas por tecnocratas e burgueses regionais. Portanto, se fez necessário, uma integração maior entre pólo e periferia. Com o aumento da industrialização o Brasil iniciou o momento do chamado “milagre brasileiro”, pois houve um vasto crescimento econômico, porém conviveu com amplos problemas sociais, dentre eles a miséria social e o desemprego regional (CANO, 1985).

Os problemas sociais precisavam ser solucionados, Cano (1985) afirma que para a melhoria dos padrões de vida da sociedade brasileira era necessária a perda do domínio político-parlamentar e das forças conservadoras. Os planos de governo já



foram um avanço para a resolução das dificuldades sociais, já que apresentavam preocupações com estas questões.

Com o avanço nos processos de industrialização e urbanização consolidou-se, no país, uma vasta mudança no sistema institucional e financeiro e, transformações no modelo das políticas sociais (SILVA, 2000). Entre os anos de 1968 e 1973, caracterizou-se uma interconexão digna entre as políticas econômica e social. Houve um aumento da massa salarial e, expansão dos financiamentos dos programas sociais, o que promoveu a extensão da ação do Estado nesse setor (FAGNANI, 1997).

Silva (2000) ainda relata que nos anos seguintes, entre a segunda metade da década de 1970 e nos anos de 1980, foi estabelecido no Brasil, uma luta pelos direitos sociais básicos e, Fagnani (1997) complementou relatando que houve uma mudança no discurso do Governo, que passou a destacar a necessidade de se aumentarem os programas de redistribuição das políticas sociais.

Affonso et al. (1995) reconhecem o período da primeira metade da década de 1970 como o “milagre econômico”. Posteriormente, na segunda fase do referido período, inicia um momento de desaceleração dos trabalhos de produção. E nos anos seguintes (décadas de 80 e 90) uma extensa época de crise. No Brasil, se destaca a crise fiscal e financeira, o que fez com que diminuísse seu potencial de gestão das políticas sociais, de progressão local e econômica.

Os anos de 1970, também, foram marcados pela redução no número de indivíduos classificados abaixo da linha da pobreza. Já na década de 1980, momento de instabilidade econômica, a população pobre voltou a crescer. Voltando ao tema políticas sociais, é relevante ressaltar que estas são de competência do Estado, nas suas diferentes esferas. As políticas que requerem a regressão dos investimentos empregados são mais adaptadas para locais com maior nível de renda do que para lugares economicamente mais atrasados (AFFONSO et al., 1995).

Com a industrialização nasce um período de modernidade, resultado desse processo é a mudança social. Chama a atenção o conceito de modernidade, sendo este o início de um novo ciclo com uma nova cultura, decorrente da industrialização das massas. As políticas sociais e educativas são responsáveis pela superação das crises culturais. A economia prospera e os valores, a ética social também, um exemplo são nas novas preocupações do Estado com a vida humana e com a



liberdade do indivíduo constituídos por meio de um Governo democrático (SOUZA, 1994).

Pensando a relação entre o momento da industrialização e a sociedade é importante lembrar que o cidadão é gerador desse período e não filho dele. A época exigiu uma nova cultura, a formação de um novo corpo social, e o Estado precisou ser o gerenciador dessas transformações (SOUZA, 1994). Foi administrador na formação dessa nova cultura, os “jecas-tatus” viram “operários”. Percebe-se uma preocupação do Governo já no primeiro Plano Estadual de Educação, implantado no Estado de Santa Catarina, na construção de uma nova cultura, como será visto mais adiante.

No Estado de Santa Catarina o modelo de crescimento modificou-se a partir de 1962, momento este marcado principalmente por um novo sistema de crédito. A integração e a consolidação da indústria iniciam após este mesmo ano. O complexo industrial do estado passou a ser gerido por médias e grandes organizações do segmento alimentício. O processo de industrialização no Brasil e em Santa Catarina é um imperativo político e não fruto apenas do mercado ou da habilidade de inovação do cidadão. O sucesso de várias empresas do referido estado é proveniente de finanças industrializantes (GOULARTI FILHO, 2002).

O crescimento foi viável porque lhe foi assegurado algumas condições mínimas, garantidas pelas políticas nacionais. O Governo ganha destaque pelos planos implantados a partir de 1955. Porém, eram planos com um aspecto extensivo e figurado ficando defasados muito rápidos, já não havia uma conexão ativa. Nos Governos Jorge Bornhausen e Amin, foram realizados vários investimentos nos serviços sociais básicos (GOULARTI FILHO, 2002).

O Governo foi provocado a atualizar-se e, fez por meio dos planejamentos para assim desenvolver as políticas públicas e responder às imposições da maneira de produção capitalista. Foi exatamente esse o motivo de renovar o aparelho educacional, para assim atender às exigências desse modo de produção, os assuntos da educação no Estado de Santa Catarina passaram a ser encaradas em uma probabilidade global. Nessa situação a política educacional passou a ser analisada como integrante dos planos econômicos, como política pública (AGUIAR, 2008).

O marcante progresso econômico, provido da industrialização, promoveu o aumento da sociedade urbana, que até então era em maior número rural. Houve



também a expansão de empregos, inclusive nos setores secundários e terciários, requerendo, portanto, a ampliação da alfabetização dos cidadãos. Dessa forma, o Estado proporcionou um alargamento do complexo escolar em Santa Catarina, principalmente, no nível primário. Era relevante, portanto, a formação de professores (AGUIAR, 2008).

Com uma proposta de compreender a situação educacional em Santa Catarina, nessa época, a seguir será apresentada uma análise do Primeiro Plano Estadual de Educação implantado, com base nas teorias apresentadas, para assim compreender os reais objetivos desse planejamento. Lembrando ainda, que Goularti Filho (2002) relata que o Estado é gestor das dificuldades sociais, descrevo que o Plano vem confirmar o pensamento do autor.

Por meio do Decreto nº SE 31.12.69/8828 ficou aprovado o Primeiro Plano Estadual de Educação do Governo de Santa Catarina. Sr. Ivo Silveira ocupava a função de Governador, e como Secretário de Educação e Cultura o Sr. Jaldyr Bhering Faustino da Silva. O Plano 1969/1980, dividiu seus trabalhos da seguinte maneira: Metas de Curto Prazo 1969/71, Metas de Médio Prazo 1969/74 e Metas de Longo Prazo 1969/1980 (SANTA CATARINA, 1969).

O Plano propôs uma nova estrutura para educação Catarinense. As metas foram estabelecidas a partir da ideia de uma Educação que promove o desenvolvimento e a justiça social. Para atingir o objetivo era necessário, portanto, construir uma nova sociedade, baseada pelos valores espirituais e morais (SANTA CATARINA, 1969).

Em muitas Nações, onde prevalecia o catolicismo, a Igreja Católica sempre ficou à frente do sistema educacional, sobretudo do ensino superior. No Brasil, a Igreja não alcançou o comando almejado sobre o ensino. Ainda, que tenha obtido sucesso em algumas questões, como por exemplo, no ingresso da disciplina de ensino religioso nas instituições públicas (SANTOS; CERQUEIRA, 2009), foi previsto, também, no Plano o estímulo a educação religiosa.

Na educação superior no Brasil, não podemos deixar de mencionar, que a Igreja Católica cumpriu funções importantes para o desenvolvimento do setor. As instituições católicas eram comprometidas em proporcionar uma opção confessional à educação pública, e também estavam engajadas em transformar o sistema. Um exemplo disso foi à criação da universidade comunitária, que surgiu frente a



mobilizações da sociedade e das organizações confessionais (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Percebe-se uma preocupação com caráter religioso no documento estudado. Este prevê a preservação “da dignidade da criatura humana e do amor a liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus” (SANTOS, 1970, p.75). O Governo defendia a democracia, mais ainda nessa época, talvez, a democracia fosse também sinônimo de ameaça a gestão e aos Governantes. O fortalecimento dos valores religiosos poderia ser uma maneira de controlar a democracia que o Plano apresentou e o Estado se propunha.

Outro ponto marcante foi à implantação do sistema de avanço progressivo. Essa norma regulamentava que, o aluno mesmo que não tivesse alcançado o conteúdo programado no ano letivo seria matriculado na fase seguinte. Um movimento de continuidade mesmo que o estudante não estivesse preparado para tal situação. Os motivos para essa nova regra eram diversos, dentre eles, destacavam-se a redução dos custos, já que a despesa com estudante repetente é maior, e também, uma maneira de melhorar o quadro estatístico da educação catarinense em número de matriculados por grau de ensino (SANTA CATARINA, 1969).

Os problemas da educação no Estado de Santa Catarina no ano de 1969 eram extensos. Um sistema de planejamento era um passo para solucioná-los, porém ainda distante de extingui-los. A Educação Superior teve presença no Plano, mas de uma maneira bastante tímida. Talvez porque para o Governo as fases do ensino inicial fosse prioridade naquele momento. Lembrando que foi um período em que a industrialização ganhou destaque, o letramento e a formação profissional eram necessários para atender as exigências do processo de produção capitalista e, o Estado estava preocupado em sustentar tais necessidades.

Destacava-se no Plano, a previsão do alcance total da população para o nível primário, o ensino médio tinha como designo a formação suficiente, para que o cidadão ingressasse na força de trabalho, com uma qualificação diferenciada. Já os cursos de nível superior seriam ofertados as pessoas mais bem dotadas intelectualmente. Se pensarmos no sistema de avanço progressivo implantado nas escolas públicas, uma regra falha, pois não possibilitaria ao estudante à “dotação intelectual” para o ingresso em uma universidade (SANTA CATARINA, 1969).



Talvez, uma maneira até mesmo discriminatória, possivelmente, o método de progressão avançado tenha problematizado o nível de ensino da esfera pública, nessas condições o estudante, provavelmente, não estaria preparado para entrar em uma instituição de educação superior. As universidades no Estado estavam diretamente destinadas, portanto, apenas ao educando de escolas que ofertassem educação de qualidade, alunos da alta elite?

Dentro dos objetivos do presente Plano, encontra-se: “garantir igualmente oportunidades educacionais à população do Estado, independente de classe, etnia ou côm político-partidária, visando promover a expansão cultural, social e econômica em todo o seu território” (SANTOS, 1970, p.81). Um dos desígnios mais relevantes para a promoção de um Governo Desenvolvimentista, também proposta do Plano. Porém, uma intenção contraditória.

Destaca-se no texto, do documento analisado, a reforma universitária. Movimento que já acontecia em todo país. Porém, não há ressalva de como isso aconteceria apenas uma pretensão de fundamentar a reforma dentro dos limites estaduais (SANTA CATARINA, 1969). A reforma era algo necessário, mas uma função de toda a Nação e não apenas de um Estado. O Governo, também, pretendia coordenar a expansão de universidade. Evitando a criação de novas unidades sem que as instituições já existentes tivessem esgotado suas capacidades. Criando assim, dificuldade de expansão do setor. Além de mais um impasse para o sistema, como cidadãos desprovidos de recursos poderiam ingressar em organizações distantes de suas casas?

Era relevante o trabalho do serviço de assistência ao estudante. A função, deste setor, destacada no texto era de garantir alimentação, material didático, assistência financeira e bolsas de estudos, aos alunos de baixa renda. Estava demarcada no documento, ainda, a assistência médica e dentária aos estudantes. E a criação de um fundo rotativo de bolsas de estudos para discentes do ensino superior. Também a substituição dos convênios escolares por bolsas de ensino e a definição de subsídio as organizações privadas de educação (SANTA CATARINA, 1969).

Uma das preocupações destaques desse planejamento era a preparação dos docentes. No Plano existiam metas específicas para nortearem este trabalho. Talvez a formação do professor seja, de maneira indireta, um incentivo a educação superior, na área da licenciatura. Inclusive, foi mencionado, que o Estado seria



garantidor dos meios para conclusão de pós-graduação dos educadores. Também era meta do planejamento, a ampliação da formação superior, dos profissionais de ensino, conforme a necessidade do Governo (SANTA CATARINA, 1969).

Ao analisar o presente documento, é indispensável mencionar que houve uma preocupação bastante robusta com a formação profissional para atender a demanda do mercado de trabalho. Dessa maneira, consentir aos interesses dos setores agrícola, comercial e industrial. Paralelamente, o Estado deveria nortear e controlar o cumprimento dos deveres das empresas para a sustentação e ampliação do ensino, conforme os estudos realizados para compreender a situação da mão-de-obra em Santa Catarina. O Plano menciona sobre essa formação como sendo um “adestramento profissional” (SANTA CATARINA, 1969).

Além do incentivo a graduação para os administradores de ensino, havia a necessidade de um entrosamento do Governo com a Universidade Federal de Santa Catarina para estimular o desenvolvimento do Estado. A constituição de um grupo inter-universitário, que seriam os líderes na evolução da educação superior, por meio de uma política de expansão (SANTA CATARINA, 1969).

Nas metas estabelecidas para o alcance em longo prazo, se destacava a ampliação máxima da escolarização, aos cidadãos com idade entre 15 e 18 anos. O objetivo era o de encaminhar essas pessoas a Universidade e a cursos profissionalizantes. Também, a criação por meio da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, um instituto de Pesca, Agronomia e Veterinária, para promoverem pesquisas nos respectivos setores (SANTA CATARINA, 1969).

Sobre as questões financeiras e de investimentos, o Plano revelava à necessidade na busca por maiores recursos para serem destinados à Educação em Santa Catarina. O documento mostra, também, que os investimentos no setor foram de constante aumento entre os anos de 1964-1967. E que no orçamento Estadual para o ano de 1969, comparados ao ano antecessor, apresentou uma ampliação de 40,4% (SANTA CATARINA, 1969).

Percebe-se, com o Plano em estudo, que este foi implantado justamente para atender as demandas da época. No período, como visto anteriormente, a expansão da industrialização ganhou destaque e junto com ela nasce também novas necessidades, onde o Estado é responsável por garanti-las. O Planejamento feito para educação foi principalmente, uma maneira de responder a tais necessidades, na formação de profissionais para o mercado de trabalho.



Relacionando a teoria com o documento em estudo, Perroux (1967) afirma que, a estabilidade econômica está ligada ao equilíbrio social. Portanto, o crescimento nivelado de um país, estado ou município deveria ser em harmonia com os campos sociais, políticos e econômico. A implantação do Plano Estadual de Educação no Estado de Santa Catarina foi também, uma tentativa de amenizar os vários problemas sociais que a região estava enfrentando naquela época, momento, inclusive, muito próximo ao golpe militar.

O autor Perroux (1967) afirma que o desenvolvimento acontece de maneira regional, em locais específicos. Cano (1985) relatou que as decisões sobre o capital industrial com sede nos pólos passaram a ser tomadas nos por tecnocratas e burgueses regionais, apresentando assim, um parentesco com as idéias de Perroux.

Transcrevemos anteriormente, a explosão que teve o setor industrial, no país e em Santa Catarina, momento conhecido como “milagre brasileiro”, houve nesse período um vasto crescimento econômico, porém, grandes problemas sociais (CANO, 1985). Antes disso, Perroux (1967) já havia relatado sobre a necessidade de equilíbrio entre os diferentes campos.

Souza (1994) nos trouxe concepções sobre modernidade, esta seria a formação de uma nova cultura, e o resultado do complexo industrial foi à modernização que exigiu um processo de mudança social. Ainda, para o autor, as políticas sociais e educativas são responsáveis pela superação das crises culturais. A época exigiu uma nova cultura, a formação de uma nova sociedade, e o Estado precisou ser o gerenciador dessas transformações.

O Plano é uma extensão do que diz Souza (1994), no planejamento feito para educação em Santa Catarina, está contida a formação de uma nova sociedade. Pois era objetivo, deste planejamento, constituir uma Educação que promovesse o desenvolvimento e a justiça social. Para atingir tal desígnio era necessário, construir uma nova sociedade, baseada, conforme exigências do Estado, nos valores espirituais e morais.

Além do momento da industrialização, o Brasil e o Estado de Santa Catarina passavam por um período de democratização. Isso aparece no documento em estudo. Souza (1994) relatou que a economia prospera e a ética social também, um exemplo são as novas preocupações do Estado com a vida humana e com a liberdade do indivíduo constituídos por meio de um Governo democrático, o plano, portanto, vem confirmar o pensamento do autor.



O Plano Estadual de Educação comprova os anseios que período transcreve. O boom da industrialização provocou problemas sociais e o processo capitalista exigiu pessoas qualificadas para mantê-lo. O Estado precisava agir, e o Plano surge, então, principalmente para atender as exigências do mercado. Conforme Goularti Filho (2002) o progresso foi possível, pois lhe foi assegurado algumas condições mínimas, garantidas pelas políticas nacionais.

Destacava-se no documento em estudo o alcance total da população para o nível primário, o ensino médio tinha como designo a formação suficiente, para que o cidadão ingressasse na força de trabalho, com uma qualificação diferenciada. Esse era um dos principais objetivos do Plano. De maneira clara, percebe-se, a tentativa do Estado em atender o processo capitalista de produção, atender as necessidades da industrialização na formação de mão-de-obra.

A educação superior pouco apareceu como objetivo no Plano e apresentou-se praticamente, apenas como um suporte para atender as necessidades centrais, como por exemplo, a formação de professores e profissionais da educação básica. O ensino superior estava destinado a pessoas dotadas intelectualmente. Isso era algo contraditório, pois no planejamento do Estado estava contido o avanço progressivo, um método de ensino deficiente e que provavelmente não proporcionaria a dotação necessária para o ingresso nas Universidades. Ressalta-se que a educação superior surgiu no país no século XIX, o que, retratou uma implantação tardia, e o seu desenvolvimento foi lento.

O Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina foi implantado, portanto, para atender as necessidades da época, que eram:

- Promover um Governo democrático e mais desenvolvimentista;
- Reduzir os problemas sociais e proporcionar um equilíbrio entre o econômico e o social, e dessa forma, garantir a estabilidade econômica. Tese essa defendida pelo autor Perroux (1967);
- Ajustar as dificuldades deixadas pelo momento do “milagre brasileiro”, como descreve Cano (1985);
- Atender as exigências da modernidade na formação de uma nova cultura, uma nova sociedade como relata o autor Souza (1994);



- Promover a formação necessária para responder as necessidades da industrialização como trouxe Aguiar (2008) e conseqüentemente promover o progresso como relata Goularti Filho (2002);

CONCLUSÃO

O objetivo central do trabalho era analisar o primeiro Plano de Educação do Estado de Santa Catarina implantado, e entender quais eram as preocupações do planejamento na Educação Superior. Para que isso fosse possível, foi necessário, primeiramente, entender a situação que enfrentava o país e o estado em estudo. Quanto a Educação Superior, verificamos que a mesma não era objeto fundamental no documento estudado, aparecia muitas vezes como forma de atender a outros desígnios do Estado.

No período de implantação do Plano, o país e também o estado, passavam por um processo de expansão industrial. Junto com tal acontecimento, com uma forma capitalista de produção eram necessárias algumas outras mudanças. Como trouxe Souza (1994) a modernização exige uma mudança cultural. O documento em estudo apresentou uma preocupação com tais mudanças, um exemplo foi o objetivo de formar mão-de-obra para atender às necessidades capitalistas.

Perroux (1967) relatava que a estabilidade econômica acontece interligada com o equilíbrio social, o Plano tratava justamente disso. E, como apresentou Goularti Filho (2002) o Estado é o responsável por isso. Portanto, o documento estava preocupado em formar uma nova sociedade e promover a resolução de alguns problemas do corpo social. O planejamento proposto pelo Estado tinha também, uma vertente democrática e a vontade de exercer um Governo mais desenvolvimentista.

Ao analisar o Plano em profundidade verificamos um apanhado de falhas, porém o planejamento é uma maneira de prosseguir uma boa gestão, ou ao menos uma tentativa. Precisamos pensar que o Plano foi implantado no ano de 1969, período em que a ditadura militar está muito presente na sociedade, na política, e na forma de Governo.

No Plano faltaram incentivos para o desenvolvimento da educação superior, no Estado de Santa Catarina. Por isso para futuros trabalhos, sugiro, a pesquisa sobre as políticas públicas de incentivo e este setor, existentes nessa época.



REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Rui de Brito Álvares et al (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- AGUIAR, Letícia Carneiro. A política educacional catarinense da década de 1960: educação, desenvolvimento e teoria do capital humano. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 30, p.228-247, ago. 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art15_30.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.
- FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/921. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p.183-238, jun. 1997.
- GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.977-1007, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2049/2431>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967.
- SANTA CATARINA (Estado). Constituição (1969). Plano Estadual de Educação nº 31.1269/8828, de 1969. **Plano Estadual de Educação 1969/1980**.
- SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9, 2009, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Ude, 2009. 17 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino_Superior_trajetoria_historica_e_politicas_recentes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 ago. 2016.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Um esquema para educação em Santa Catarina**. Florianópolis: Empreendimentos Educacionais Ltda, 1970.
- SILVA, Maria Ozarina da Silva e. O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2000.
- SOUZA, Nelson Mello e. **Modernidade: desacertos de um consenso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.